

RESUMO

— DE —

HISTORIA DO BRAZIL

POR

JOSÉ E. C. DE SÁ E BENEVIDES

LENTE DA ESCOLA NORMAL

SETIMA EDIÇÃO



LIVRARIA FRANCISCO ALVES & C.

106, RUA DO OUVIDOR, 106 — Rio de Janeiro

RUA DE S. BENTO, 65 — S. Paulo

RUA DA BAHIA, 1055 — Belo Horizonte

1911

SA
38-7
45

A
6-11
92



00000037

23739

RESUMO

O. R.

C. N. de E.

— DE —

HISTORIA DO BRAZIL

POR

JOSÉ E. C. DE SÁ E BENEVIDES

LENTE DA ESCOLA NORMAL

SETIMA EDIÇÃO



LIVRARIA FRANCISCO ALVES & C.

166, RUA DO OUVIDOR, 166 — Rio de Janeiro

RUA DE S. BENTO, 65 — S. Paulo

RUA DA BAHIA, 1055 — Bello Horizonte

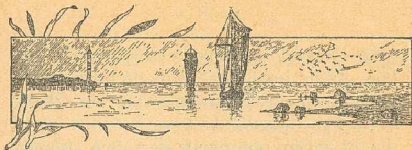
1911

118X158

PROGRAMMA

(DE EXAMES DE SUFFICIENCIA PARA MATRICULA NA ESCOLA NORMAL)

1. O descobrimento.
2. Primeiras explorações do littoral.
3. As expedições guarda-costas.
4. Os indigenas.
5. As capitánias hereditarias.
6. O governo geral. — Thomé de Souza.
7. O governo de Duarte da Costa.
8. Mem de Sá.
9. Os francezes no Maranhão.
10. Os hollandezes no Brazil. — Perda e restauração da Bahia.
11. Segunda invasão hollandeza.
12. Retirada de Mathias de Albuquerque para Alagôas.—Fim das lutas com os hollandezes.
13. Guerras civis dos Palmares, Mascates e Emboabas.
14. Inconfidencia mineira.—O Tiradentes.
15. Vinda da familia real portugueza para o Brazil.
16. Revolução de 1817 em Pernambuco.
17. A Independencia.
18. Revolução de 1824 em Pernambuco.
19. O reinado de D. Pedro I.
20. A menoridade de D. Pedro II. Regencias.
21. A maioridade de D. Pedro II.
22. A guerra do Paraguay: feitos principaes do exercito e da armada.
23. A abolição da escravidão.
24. A proclamação da Republica.



1

O descobrimento

No dia 9 de Março de 1500, sahia do Tejo em demanda da India, para proseguir na conquista encetada por Vasco da Gama, uma grande armada de treze caravelas e mais de mil homens de guarnição. Propositalmente, desviou-se do rumo habitual, diz-se que para evitar as calmarias africanas, e é possível também crêr que pelo instinto de novos descobrimentos a oeste, que já os havia, e eram sabidos de todos. Commandava a frota Pedro Alvares Cabral, fidalgo e amigo de Vasco da Gama, e por este recommendado a el-rei D. Manuel para succede-lo na conquista do oriente.

Tambem fôra experiencia e conselho de Gama esse novo rumo, para oeste das terras africanas. Parecia-lhe melhor descer todo o Atlantico, sempre ao largo, até a latitude do cabo da Boa Esperança, para só

então dobra-lo e demandar os mares orientaes. Assim fez Cabral. Mas de tal modo se afastou da costa africana que aos 21 de Abril teve indícios de terra proxima, e no dia 22 avistou um monte de fôrma redonda a que deu o nome de Monte Paschoal. No dia seguinte velejou, sempre a vista de terra, até que a sondagem accusou pouco fundo junto ao rio do Frade; procurou entretanto melhor abrigo e seguindo sempre para o norte poudé achar um porto «muito bom e mui seguro», que foi provavelmente a enseada hoje de Santa Cruz. Num ilhéu que havia dentro do porto foi celebrada a primeira missa a 26 de Abril, domingo de Paschoela. Outra missa foi celebrada no dia 1.º de Maio, em terra firme e na presença dos indios que, em grande numero, espantados, assistiam ás ceremonias do culto examinando as vestes insolitas dos portuguezes e a grande cruz de madeira que ajudaram a erguer ao pé do altar. A terra supposta ilha foi chamada de «Vera-Cruz», e depois «Santa Cruz». Prevaleceu, porém, o nome de Brazil, pois que a terra de Santa Cruz, desdenhada quasi pelos seus descobridores, só chamou a attenção do mundo e d'elles proprios quando os attrahiu o commercio do «páu brazil» de que era a região muito abundante.

Dez dias estiveram em aguas e terras do Brazil, tomando provisões e entreten-do-se com os naturaes da terra, que lhes pareceu rica de vegetação mas sem ouro e inculta. A 2 de Maio aprestaram-se para a partida, e, deixando em terra dous degra-dados na esperança de mais tarde utiliza-los como interpretes, velejaram para India, sendo mandada uma náu a Portugal para levar a noticia do descobrimento escripta pelo escrivão da armada Pero Vaz Caminha.

E' geralmente sabido que antes de Ca-bral outros navegadores chegaram ás cos-tas do Brazil, mas *nenhum tomou posse da terra*, que continuou a permanecer desco-nhecida do mundo civilizado.

Os hespanhóes avantajaram-se aos portuguezes.

Alonso de Hojeda, os irmãos Pinzon e Diogo de Leppe precederam a Cabral no lit-toral do Brazil; mas taes expedições foram ephemeras, sem nenhum resultado pratico.

Quanto ás *pretensões francezas*, á prio-ridade da descoberta, tudo leva a crer que ellas não têm razão de ser, pois os docu-mentos em que se pretendem basear são ne-gativos.

Primeiras explorações do littoral

Descoberto o Brazil, que a principio passou por ser *uma grande ilha*, necessario se tornou explorar o seu littoral.

Para esse fim foram organisadas as *expedições exploradoras*.

Não ha accôrdo entre os historiadores quanto aos nomes dos commandantes dessas expedições. Assim, ha quem diga que a primeira expedição foi commandada por André Gonçalves; outros sustentam que o commandante foi Gonçalo Coelho; outros que foi D. Nuno Manuel ou Americo Vespuccio.

Seja como fôr, porém, certo é que a primeira expedição exploradora encontrou-se em Julho de 1501, nas alturas do Cabo Verde, com a frota de Cabral que voltava das Indias; tocou nos cabos de S. Roque, de Santo Agostinho e de S. Thomé— assim como no Rio S. Francisco, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, S. Sebastião e Cananéa, dando a cada lugar o nome do santo do dia.

A segunda expedição, de 1503, que, segundo a opinião mais corrente, foi commandada por Gonçalo Coelho, tocou na ilha de S. João (mais tarde Fernão de Noronha); descobriu a bahia de Todos os Santos; fun-

dou em Porto Seguro uma feitoria; perdeu duas caravellas; carregou páu-brazil, e regressou para Portugal.

Da terceira expedição, de 1505 ou 1506, commandada por D. Nuno Manuel, falam alguns autores — mas nada é certo a respeito della.

Cumpre lembrar, finalmente, que, além dessas *expedições officiaes*, outras de caracter particular vieram ao littoral do Brazil nessa época — sendo as respectivas embarcações armadas pelos traficantes de páu-brazil. E não sómente os portuguezes, mas hespanhóes e francezes, entregaram-se com afan a tal commercio.

3

Expedições guarda-costas

Em numero de tres foram as expedições guarda-costas:

A primeira em 1526, commandada por Christovam Jacques;

A segunda em 1528, commandada por Antonio Ribeiro;

A terceira em 1530, commandada por Martim Affonso de Souza.

Christovam Jacques, dando cumprimento á sua missão, veio ter ao littoral do Brazil com a esquadra sob seu commando.

Fundeu no canal de Itamaracá; estabeleceu uma feitoria em Iguarassú, no sitio chamado mais tarde dos Marcos; seguiu até o Rio da Prata, donde regressou para o norte; metteu a pique tres navios francezes, cuja tripolação aprisionou.

Em 1528, tendo Christovam Jacques regressado a Portugal, foi encarregado de guardar a costa Antonio Ribeiro. Dessa segunda expedição, porém, e de seus feitos, nenhuma menção fazem os historiadores.

Martim Affonso de Souza, finalmente, veio em 1530 commandando a ultima das expedições guarda-costas.

A exploração ordenada a Martim Affonso de Souza e a seu irmão Pero Lopes foi a mais precisa nos resultados: tocou successivamente no cabo de S. Agostinho, em Pernambuco, Todos os Santos, Rio de Janeiro, Cananéa. Pero Lopes, só, foi até á ilha das palmas (Rio da Prata). Em todos esses logares demoreu-se algum tempo, e de volta, fundou S. Vicente e penetrou no interior até Santo André da Borda do Campo (S. Paulo). Ahi recebeu Martim Affonso o titulo de donatario de S. Vicente. Logo ao chegar ao cabo Santo Agostinho destacou uma náu para oeste, que explorou o littoral do Norte até o rio Gurupy no Maranhão. Esse foi, portanto, o explorador que achou a expressão mais nitida e completa da curva

atlantica do Brazil, no curso de uma só exploração. E' provavel que Pero Lopes se adiantasse até o Rio da Prata, enquanto Martim A. de Souza esteve em S. Vicente. Voltaram ambos a Lishôa em 1533.

4

Os indigenas

Duas são as raças principaes que, na época do descobrimento, se encontram no Brazil: tapuyas e tupys.

Os tupys dominavam o littoral e os tapuyas o interior.

Si no physico os tapuyas pareciam-se tanto com os tupys, com a differença apenas da côr e da estatura, não succedia o mesmo quanto á lingua e quanto a certos usos e costumes.

As tribus tupys, apesar de terem diversos dialectos, possuiam entretanto uma *lingua geral*, pela qual todos se entendiam — o que não se dava com os tapuyas.

Os tupys tinham as suas *tabas* ou aldeas, habitavam em palhoças, cultivavam o milho, o feijão, a mandioca, com a qual fabricavam a farinha, os bôlos de *cariman*, o *cavim*.

Devoravam, elles, seus prisioneiros de guerra por vingança e odio, em solemnidades revestidas de tal ou qual character reli-

gioso, ao passo que os tapuyas, além do odio e da vingança, tinham tambem a gula como incentivo poderoso de taes banquetes.

Não ha dados para se calcular o numero dos gentios no tempo do descobrimento do Brazil; calcula-se, geralmente, de um a dous milhões.

Ainda hoje, em nosso tempo, ha uma grande parte de territorio brasileiro completamente desconhecida e habitada por selvagens.

Podemos, entretanto, dentre as tribus conhecidas, referir algumas que se achavam distribuidas do modo seguinte:

Os Potiguares, na costa do Rio Grande do Norte; os Cabetés, desde o Rio Grande do Norte até o Rio S. Francisco; os Tupinambás, na Bahia; os Tupiniquins, em Porto Seguro; os Aymorés, no Espirito-Santo; os Goyatacazes, e Tamoyos, no Rio de Janeiro; os Guayanazes, em S. Vicente; os Carijós, em Santa Catharina; os Pavaguás e Guayeurús em Matto Grosso; os Chavantes e Cayapós, em Goyaz; os Cataguazes, em Minas; os Mundurucús no Amazonas e Pará, e os Tacarijús no Ceará.

Todas as tribus, a não ser as differenças já apontadas, tinham mais ou menos os mesmos usos e costumes.

Havia n'ellas uma certa *fôrma de governo*, representada por um chefe, e por um conselho constituido pelos mais velhos e respeitados da tribu.

Nem todas tinham a mesma religião. Diversas tribus do norte pareciam render uma especie de culto ao sol, á lua e a algumas constellações. Attribuiam a Tupan o supremo poder, e a outras divindades inferiores uma influencia secundaria, ora bôa, ora má. Tinham algumas idéas vagas acêrca da vida futura e da origem das cousas.

Gozava entre elles de illimitada influencia o *Pagé*, representante da religião, visto como passava por conhecedor do futuro, de todas as doenças e de seus remédios. Vivia mysteriosamente e pronunciava seus oráculos ao som do *maracá*.

A guerra empreendia-se entre elles, de surpresa — sendo seus combates tumultuariamente feitos com horrivel gritaria. Os vencidos retiravam-se em desordem, enquanto os vencedores incendiavam a *taba* inimiga, reservando os prisioneiros para o banquete da victoria.

A matança dos prisioneiros era uma de suas festas mais solemnes, na qual tomava parte a tribu inteira.

Existiam laços de familia, embora fossem permittidos o divórcio e a polygamia.

Em geral eram robustos, baixos, bem formados e hospitaleiros; dados á musica e á dança, e pouco amigos do trabalho.

Os homens occupavam-se exclusivamente da guerra, pesca e caça. As mulheres tinham todos os encargos domesticos, e ainda mais o trabalho das plantações, colheitas, fabricação de utensilos domesticos, de bebidas fermentadas, etc...

Relativamente ao *periodo de civilização* em que se achavam, na época da chegada dos portuguezes, póde-se affirmar que era o da *pedra polida*, pois faziam uso do fogo, e conheciam a *arte ceramica*. Entretanto, ignoravam completamente os processos de *fusão dos metaes*. As armas, os instrumentos e utensilios de que se serviam, são outros tantos testemunhos em favor do periodo da *pedra polida*.

O que ha de curioso em relação aos selvicolas brasileiros é que chegaram a ser *agricultores*, sem ter sido *pastores*.

Nisto constituem uma excepção entre os povos barbaros.

5

As capitánias hereditarias

D. João III, julgando que facilitaria a colonisação do Brazil, e não querendo augmentar as despesas com a manutenção

de novos nucleos coloniaes, resolveu em pregar em larga escala o mesmo systema já antes empregado na colonisação das ilhas da Madeira e dos Açores.

Assentado ficou, pois, que o Brazil fosse dividido em grandes *capitanias hereditarias*, sendo estas concedidas a diversas pessoas gradas do reino e expedindo-se na mesma data o competente foral para todas ellas.

Foi em 1534 que se estabeleceu tal systema no Brazil, que foi dividido em 12 vastas regiões:

A 1.^a — *Capitania de S. Vicente* — foi doada a Martim Affonso, em Outubro de 1534, e tinha 100 leguas de testada, estendendo-se da foz do rio *Macahé* até a barra de *Paranaguá*.

A 2.^a — *Santo Amaro e Itamaracá* — teve por donatario Pedro Lopes de Souza, irmão de Martim Affonso e constava de 80 leguas de frente.

O donatario não voltou mais ao Brazil, pois morreu em um naufragio em *Madagascar*, em 1539, quando vinha de uma viagem á India.

A 3.^a — *Parahyba do Sul* — foi doada a Però de Góes da Silveira, irmão de Damião de Góes e era menor que as outras, pois contava apenas 30 leguas de testada. O do-

natario veio em pessoa colonisar as suas terras, fundando um nucleo á margem do *Parahyba*, em 1540.

Voltando a Portugal deixou a colonia a José Martins, que se mostrou incapaz de dirigi-la, de sorte que os indigenas fizeram-lhe tremenda guerra, inutilizando tudo quanto já havia feito. Pero de Góes viu-se forçado a abandonar a capitania, retirando-se para Portugal.

A 4.^a — *Espirito Santo* — teve como donatario o fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, e compunha-se de 50 leguas de testada do rio *Itaperim* ao *Mocury*.

O donatario foi muito infeliz, pois teve de lutar com os selvagens, que lhe fizeram guerra desabrida e tenaz; com a insubordinação dos colonos e com a ingratidão de Jorge de Menezes e Simão Castello Branco. Afinal morreu miseravelmente na ilha da *Victoria*, sem ter meios de ser inhumado.

A 5.^a — *Porto Seguro* — coube a Pero de Campos Tourinho, e tambem tinha 50 leguas de frente.

Em 1536 o donatario fundou uma colonia no mesmo sitio onde, em 1500, Cabral havia desembarcado. A principio a colonia prosperou. Começou, porém, a decadencia logo que passou a administra-la um filho de Tourinho.

A 6.^a — *Ilhéos* — foi doada a Jorge de Figueiredo Corrêa, e contava igualmente 50 leguas de testada, a começar de Porto Seguro até a barra da Bahia de Todos os Santos.

Figueiredo Corrêa não veio pessoalmente colonisar as suas terras. Mandou em seu lugar o hespanhol Francisco Romero, que conseguiu vencer os *Aymorés*; mas logo indispoz-se com os colonos, que o prenderam e remetteram ao donatario. Esta falta de harmonia entre o chefe e os colonos animou novamente os *Aymorés*, que em pouco tempo destruíram a nascente colonia.

7.^a — *Bahia de Todos os Santos* — Esta foi doada a Francisco Pereira Coutinho. Tinha 50 leguas de testada, a partir da Bahia de Todos os Santos até o rio S. Francisco.

No ponto outrora occupado por Diogo Alvares (*o Caramurú*) deu Coutinho principio á colonisação de suas terras.

Guerreado pelos gentios, foi obrigado a retirar-se para Ilhéos, donde, ao voltar, foi victima d'um naufragio proximo a Itaparica, sendo morto pelos Tupinambás.

8.^a — *Pernambuco* — Estendia-se da foz de São Francisco ao Iguarassú, abrangendo um total de 60 leguas de frente. Seu donatario foi Duarte Coelho Pereira que,

como refere a maioria dos historiadores, já se havia distinguido por seus feitos no Oriente.

Duarte Coelho Pereira foi um excelente capitão-mór. Vindo para o Brazil com toda a familia e grande numero de colonos, fundou o seu primeiro estabelecimento em Olinda (1535), bateu os *Cahetés* e conseguiu fazer com que suas terras prosperassem.

9.^a, 10.^a e 11.^a — *Maranhão* — Tinha 225 leguas de testada e foi doada repartidamente a João de Barros e a Fernão Alvares de Andrade.

A' João de Barros coube 150 leguas, e 75 a Fernão Alvares. As terras do primeiro iam da Bahia da *Traição* até a ponte dos *Mangues Verdes* (cabo de Todos os Santos); e as do segundo, d'este cabo até o rio Camocy.

Ora, não podendo os dous donatarios vir ao Brazil, pois occupavam cargos importantes em Portugal, associaram-se a Ayres da Cunha, que veio com uma pequena expedição, trazendo em sua companhia dous filhos de João de Barros e um representante de F. Alvares. O resultado da expedição, porém, foi desastroso, pois deu-se naufragio nos baixios do Maranhão, perecendo Ayres da Cunha e os dous filhos de João de Barros ás mãos dos selvagens *Potiguares*.

12.^a — *Ceará* — Esta capitania tinha 40 leguas e foi doada a Antonio Cardoso de Barros, que não veio colonisar as suas terras, deixando-se ficar em Portugal, d'onde só partiu em 1549, quando Thomé de Souza inaugurou o *governo geral* do Brazil.

Muitos autores só mencionam *nove capitánias*, mas João de Barros attesta que o paiz fôra dividido em *doze*.

Certamente havia menciona-las todas na sua obra em manuscripto *Terra de Santa Cruz*, que infelizmente se perdeu.

Desde logo se denunciou a fraqueza essencial do systema. Em terra tão vasta as capitánias indifferentes entre si, não attendiam ao perigo constante da invasão corsaria franceza, que aqui e alli as atormentavam. Faltava-lhes a unidade e o sentimento de interesse commum. Isso junto aos insuccessos de muitas dellas, determinou o rei de Portugal em 1548 a abolir as excessivas franquias que gozavam, e subordina-las a um Governo Central, que teve a sua séde na Bahia.

6

O governo geral.—Thomé de Sousa

Não tendo as *capitánias hereditarias* dado os resultados esperados, resolveu o rei D. João III estabelecer um *governo geral* no

Brazil, incumbindo dessa missão Thomé de Souza, que já havia prestado muito bons serviços na India.

Em 1549, partiu elle para o Brazil, onde devia demorar-se por espaço de 4 annos.

Chegando a Bahia de Todos os Santos, em Março do referido anno, tratou logo Thomé de Souza de escolher um bom local para a edificação de uma cidade, que teria de ser a capital da colonia.

Escolhido o terreno, e convenientemente preparado, deu-se começo á edificação, sendo as primeiras casas construidas a d'alfandega, matriz, palacio do governador, paço do concelho e collegio dos jesuitas. Dentro de pouco tempo eram já numerosas as casas de colonos.

Com Thomé de Sousa vieram para o Brazil os primeiros jesuitas, em numero de 6, tendo como chefe Manuel da Nobrega.

Grandes serviços começaram logo a prestar na catechése e civilisação dos indios, mistér em que eram insubstituiveis.

Trataram de aprender o *guarany*, afim de poderem com proveito prégar aos gentios. O padre Aspilcoeta Navarro tornou-se insigne conhecedor dessa lingua, impressionando profundamente os selvagens com as suas prédicas.

A musica e as procissões apparatusas eram tambem excellentes meios de catechése.

Em 1550 chegou ao Brazil um reforço de jesuitas, que vieram adiantar a catechése. Em Fevereiro do anno seguinte foi a importante colonia elevada á categoria de Bispado, tomando conta da nova diocése o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha.

Em 1552 emprehendeu Thomé de Sousa uma viagem pelas capitancias, afim de conhecer pessoalmente suas mais urgentes necessidades.

Nessa viagem tocou nas bahias de Guanabara e de Angra dos Reis, enthusiasmando-se pela belleza de taes localidades. Foi durante o governo de Thomé de Sousa que circularam os primeiros boatos de existencia de *minas auríferas* em Pernambuco, Porto Seguro e Rio S. Francisco.

Afim de se verificar a exactidão de taes boatos organisou o activo governador duas expedições, ambas de resultados negativos.

Thomé de Sousa administrou o Brazil com intelligencia e tino, até 1533, data em que teve por successor Duarte da Costa.

O governo de Duarte da Costa (1553-1558)

Após a brilhante administração de Thomé de Sousa seguiu-se em 1553 a de Duarte da Costa, que estava longe de possuir os talentos e o tino pratico daquelle.

Com o novo governador vieram 16 padres, tendo por chefe Luiz da Grân. Dentre elles distinguuiu-se o irmão José de Anchieta, que mais tarde tão celebre se tornou pelos seus excepçionaes trabalhos de catechése.

A administração de Duarte da Costa foi entravada em sua marcha por duas causas principaes: a luta entre os colonos e os jesuitas, e o procedimentos irregular e turbulento de D. Alvaro da Costa.

A luta originou-se do seguinte: os jesuitas queriam a liberdade dos indios cathechizados, e os colonos pugnavam pela escravidão delles.

Ora, o governador, em vez de manter-se imparcial, declarou-se abertamente a favor dos colonos, o que alienou-lhe as sympathias do clero, trazendo embaraços serios á bôa marcha dos negocios publicos.

Azedando-se cada vez mais os animos, a metropole entendeu necessario ouvir pessoalmente o Bispo, que recebeu ordem de partir para Portugal.

Embarcou elle a 2 de Junho de 1556 na náu *Nossa Senhora da Ajuda*, e seguia viagem, quando, a 16 do mesmo mez e anno, naufragou junto á foz do arroyo de S. Miguel das Almas, sendo devorado pelos Cahe-tés com todos os da comitiva.

Este facto contrariou bastante o governador, que já vivia inquieto e apprehensivo com a *presença de muitos francezes* na bahia de Guanabára, travando intimas relações com os Tamoyos.

Tambem as correrias de indigenas nas capitancias do Espirito Santo e Pernambuco, e mesmo nas proximidades da Bahia, perturbaram sériamente a administração de Duarte da Costa. No norte os indios puderam ser vencidos, mas no sul alcançaram certas vantagens, dominando o littoral desde Cabo Frio até Bertioga, chefiados pelo sanguinario Cunhambebe.

Achava-se o governador a braços com os gentios, quando os francezes, dirigidos por Nicolau Durand de Villegagnon, vieram estabelecer-se na bahia do Rio de Janeiro em 1555, onde, ajudados pelos Tamoyos, levantaram o forte *Coligny*, na ilha de *Serigipe*, depois chamada de *Villegagnon*.

Era grandioso o projecto dos francezes, pois tencionavam estabelecer no sul do

Brazil uma vasta colonia, cuja capital seria a cidade de *Henriville*, edificada no continente da bahia de Guanabára.

Com os reforços que recebeu de França, cêrca de 300 homens e 18 peças de artilharia, ficou Villegagnon aparelhado para fazer frente aos portuguezes caso fosse atacado.

Duarte da Costa mostrou-se impotente para lutar contra os francezes, que não foram incommodados durante o seu governo.

Em 1558 foi o infeliz governador substituido por Mem de Sá.

8

Governo de Mem de Sá (1558-1572)

Mem de Sá prestou durante 14 annos de administração grandes serviços ao Brazil. Seu nome fulgura com brilho nas paginas da historia dos tempos coloniaes da nossa patria como o de um benemerito.

Tomando conta da administração, em condições criticas, procurou logo restabelecer a harmonia entre os colonos e jesuitas, pois bem comprehendia quanto lhe era necessaria a coadjuvação do clero para bom desempenho de sua difficil missão.

Dedicou especial cuidado á questão dos indios, organisando melhor as *tabas*, e

combatendo energicamente a *antropophagia*. Restabeleceu a tranquillidade na colonia, acabando de uma vez com o levante dos indios.

Isto feito, voltou sua attenção para os francezes, firmemente estabelecidos na bahia do Rio de Janeiro, tratando de organizar uma expedição para bate-los, no que foi muito auxiliado pelo 2.º bispo do Brazil, D. Pedro Leitão e pelos jesuitas.

Em Março de 1560 chegou Mem de Sá á barra do Rio de Janeiro, e depois d'uma intimação aos francezes para que se rendessem, que não foi attendida, principiou o bombardeio do forte de *Coligny*, no ilhéu de *Villegagnon*.

O inimigo resistiu energicamente durante tres dias, sendo obrigado a render-se por falta de munições.

Mem de Sá fez arrazar as fortificações e encravar a artilharia, retirando-se para São Vicente, sem deixar guarnição na praça conquistada, por não dispôr de forças sufficientes.

Momentaneamente livre da preocupação dos francezes, e circulando as noticias da existencia de minas de metaes preciosos, enviou o governador uma expedição ao sertão, confiada a *Braz Cubas*, que conseguiu encontrar em *Jaraguá* ouro e esmeraldas.

Este resultado animou Mem de Sá, que, da Bahia, fez partir para o interior tres expedições, commandadas a primeira por Antonio Dias Adorno, e as outras por Vasco Rodrigues Caldas e Antonio Ribeiro. Todas foram, porém, infructíferas.

A administração geral dava os melhores resultados em todas as capitanias, menos nas de S. Vicente, por causa da guerra que lhe faziam os indigenas, que haviam constituido a *Confederação dos Tamoyos*.

Mais que as armas dos portuguezes puderam a dedicação e habilidade dos jesuitas Nobrega e Anchieta, que conseguiram dos chefes indigenas o *armistício de Iperohy*, seguido da paz, que trouxe como consequencia o completo socego em S. Vicente.

Tudo ia bem, mas os francezes se haviam novamente fortificado em *Villegagnon*, dominando o littoral do continente.

Para expulsa-los definitivamente precisava Mem de Sá de reforços vindos da metropole, que effectivamente os enviou sob o commando de Estacio de Sá, sobrinho do governador.

Com alguns contingentes fornecidos pelas capitanias de S. Vicente e Espirito Santo, poudo Estacio de Sá desembarcar junto do *Pão de Assucar*, em 1565, onde se fortificou, e lançou os fundamentos da cidade de S. Sebastião.

Quanto á expulsão dos francezes nada poudé conseguir, apezar dos repetidos combates com elles travados.

Sabedor do estado das cousas pelo padre Anchieta, que passára pelo Rio de Janeiro, resolveu Mem de Sá vir em pessoa atacar os francezes.

A' frente de numerosas forças, e com o auxilio do indio Ararigboia e sua gente, chegou o governador á barra no dia 18 de Janeiro de 1567, penetrando no porto a 19, seguindo-se o assalto no dia 20.

A luta foi renhida, decidindo-se a victoria a favor dos portuguezes, que tomaram todas as fortificações francezas. Estacio de Sá foi gravemente ferido no rôsto, quando se realisava o ataque á ilha do Governador, vindo a fallecer.

Batidos completamente os francezes e tamoyos, mudou Mem de Sá os fundamentos da cidade de S. Sebastião para o morro de *São Januario*, hoje do *Castello*, nomeando para governador della um outro seu sobrinho, Salvador Corrêa de Sá.

Voltando á Bahia, começou Mem de Sá a insistir pela sua demissão, que afinal foi-lhe concedida tarde, não podendo regressar a Portugal por haver fallecido em Março de 1572.

Os francezes no maranhão

Em 1594, durante a primeira administração de D. Francisco de Sousa, haviam os francezes *se estabelecido no Maranhão*, guiados por Jacques Riffault e Charles des Vaux. Voltando aquelle á França, taes cousas referiu da terra em que se achavam, gabou tanto a natureza do sólo e os predicados dos indigenas, com os quaes se haviam alliado, que uma companhia se constituiu logo, tendo á frente Daniel de la Touche, senhor de la Ravardiére. Partiu este da França em 1612, e, chegando ao porto de *Javiré*, lançou os fundamentos da povoação de *S. Luiz*, que começou logo a progredir. Em 1613 Jeronymo de Albuquerque teve ordem de Gaspar de Souza para expulsar os francezes do Maranhão.

Uma expedição se organisou para tal fim, tendo Albuquerque como ajudante Diogo de Campos.

Seguindo para o Maranhão, foi Jeronymo de Albuquerque desembarcar na bahia de *Guaxenduba*, onde tratou de fortificar-se, esperando o ataque dos francezes. Estes não se fizeram esperar, e com sete navios, 46 canôas, 400 soldados e 2.000 indigenas, acometteram Jeronymo d'Albuquerque, cujas forças eram apenas de 500 homens.

Apezar, porém, de tamanha desproporção de tropas, foram os francezes derrotados, deixando no lugar da acção mais de 100 mortos e alguns prisioneiros.

Após este combate houve um armistício, sendo enviados á Europa, como emissarios dos beligerantes, o sargento-mór Diogo de Campos e o capitão Matheus Maillart, afim de entenderem-se com as côrtes de Madrid e de Paris.

Antes, porém, de terminado o armistício, Jeronymo de Albuquerque, inflingiu nova e mais completa derrota aos francezes, assignando La Ravardiére um compromisso em que se obrigava a deixar o Maranhão no prazo maximo de 5 mezes.

Neste interim aportou ao Maranhão Alexandre de Moura, com uma esquadra de 9 navios e 900 homens, que exigiu a partida dos francezes, sem attender ao que se havia combinado anteriormente.

Assim, em Novembro de 1615, retiraram-se os francezes do Brazil, recebendo Jeronymo de Albuquerque o appellido de — *Maranhão*, como homenagem ás façanhas que praticára.

Os hollandezes no Brazil.—Perda e restauração da Bahia

Corria o anno de 1624, e governava o Brazil Diogo de Mendonça Furtado, quando uma frota hollandeza composta de 33 navios, com 500 peças de artilharia, e 3.300 homens entre marinheiros e soldados, armada por conta da *Companhia das Indias Occidentaes*, apresentou-se em frente á cidade da Bahia em Maio do referido anno.

Apanhado inteiramente desprevenido, Diogo Furtado nenhuma resistencia séria poudo oppôr ao inimigo. Os navios que se achavam no porto foram apreçados e os fortes de S. Marcello e de Santo Antonio facilmente tomados.

A 10 de Maio foi a cidade occupada pelos hollandezes, sendo Furtado preso e remettido para Hollanda, onde esteve até 1626.

Entretanto, passado o panico de que todos haviam sido tomados, começou a ser organisada a resistencia. Mathias de Albuquerque governador de Pernambuco, era o indicado pelas *vias de successão*, para substituir Diogo Furtado. Emquanto durou a sua auzencia tomou conta do governo o bispo D. Marcos Teixeira, que mostrou grande

energia, nos preparativos de defesa, fallendo infelizmente em Outubro de 1624.

Tendo corrido na metropole a noticia da invasão, o Conde Duque de Olivares designou o Marquez de *Val-tueza*, D. Fradique de Toledo Osorio, para commandante d'uma esquadra de 52 navios, com 12.500 homens, afim de expulsar os hollandezes da Bahia.

Chegou a esquadra á Bahia em Março de 1625, bloqueando o porto, onde se achavam ancorados 21 navios hollandezes, que se renderam sem combate.

Depois de alguma resistencia em terra, capitularam os hollandezes, retirando-se para a Europa.

41

Segunda invasão hollandeza (1630-1635)

Tendo sido ephemera e sem resultados a expedição de 1624, resolveu a *Companhia das Indias Occidentaes* enviar uma segunda expedição ao littoral do Brazil, não mais com destino ao porto da Bahia, mas sim a Pernambuco.

Esta capitania era de todas a mais prospera e o porto do Recife mal defendido; eis a razão da preferencia para o ataque e subseqüente conquista.

Em Fevereiro de 1630 chegaram os holandeses á costa de Pernambuco, desembarcando em *Páu Amarello*, ao norte de Olinda, cêrca de 3.000 homens.

Era então governador de Pernambuco Mathias de Albuquerque, que não poudé impedir a tomada de *Olinda*, retirando-se para o interior, fundando, á uma légua do Recife, o celebre *Arraial fortificado do Bom Jesus*, e organisando as — *companhias de emboscadas*, que muito deram que fazer aos holandeses.

Conhecida na Hespanha a invasão, organisou o governo uma frota de 53 navios, confiando o commando a D. Antonio de Oquendo, que, chegando ao littoral de Pernambuco, teve de travar combate com a esquadra holandezza, chefiada pelo almirante Jansen Pater. A luta foi renhida, tendo perdido a victoria para o lado dos Hespanhóes, que entretanto soffreram grandes perdas.

O almirante Pater, vendo perdido o seu navio, suicidou-se, atirando-se ao mar.

Tomaram então os holandeses a resolução de incendiar Olinda, concentrando-se no Recife.

As *companhias de emboscadas* faziam-lhes grande mal, não permittindo que avançassem um passo para o interior.

Estavam as cousas neste pé, quando a traição de Domingos Fernandes Calabar fez mudar completamente a situação.

Perfeito conhecedor do terreno, Calabar proporcionou aos hollandezes meios seguros de conquistas; e assim foram elles successivamente se apossando de *Iguarassú*, *Rio Formoso*, *Itamaracá*, *Forte dos Tres Reis Magos e Parahyba*.

O *Arraial do Bom Jesus* capitulou, após tres mezes de cêrco, e a *fortaleza de Nazareth* rendeu-se, de sorte que Mathias d'Albuquerque viu-se obrigado a retirar-se em direcção ás Alagoas, apenas com 500 homens.

Nessa retirada poudé attrair, por traição de Sebastião do Couto, o chefe hollandez Picard e Calabar a *Porto Calvo*, onde foram atacados de improviso, capitulando aquelle e sendo este enforcado, continuando Mathias d'Albuquerque a sua marcha. Isto teve logar em Junho de 1625.

12

Retirada de Mathias de Albuquerque para Alagôas. — Restauração de Portugal. — Fim das lutas com os hollandezes..

Reinava em Hespanha Philippe IV, tendo como primeiro ministro o conde Duque d'Olivares, quando foi resolvida a vin-

da d'uma esquadra, capaz de expellir do Brazil os hollandezes, já então senhores de 4 capitánias.

Convidado para commanda-la, D. Fradique de Toledo Osorio exigiu numerosos navios e 12 mil homens, o que exasperou o Conde Duque, que o mandou encarcerar numa das prisões do Estado, onde dentro em pouco falleceu.

Outros declinaram de egual convite, até que D. Luiz de Rojas e Borgia se incumbiu da empreza, partindo de *Cadiz* para o Brazil com 1.700 homens, e ordem de substituir Mathias d'Albuquerque na direcção das operações da guerra.

Chegando ao Brazil em Novembro de 1635, quiz logo mostrar actividade e valentia, e em Janeiro do anno seguinte dirigiu-se para Alagôas ao encontro dos hollandezes, enfrentando-os na *Matta Redonda*, onde foi completamente derrotado por Artichofsksi, morrendo no campo da peleja.

Foi então que o conde Bagnuolo tomou o commando do resto das forças, cerca de 2.000 homens, começando uma *guerra de recursos*, sendo muito auxiliado pelo indio Poty — Antonio Felipe Camarão, pelo preto Henrique Dias e André Vidal de Negreiros.

Em taes circumstancias, lembrou-se em bôa hora a *Companhia das Indias Occi-*

dentaes de convidar para governador de suas possessões no Brazil o principe João Mauricio de Nassau.

Illimitados poderes lhe foram concedidos por cinco annos, e amplos privilegios.

Chegado ao Recife, em Janeiro de 1637, tomou posse de seu cargo, e partiu logo para *Porto Calvo* com 5.000 homens a encontrar-se com Bagnuolo, que se tinha fortificado com 4.000 homens na *Barra Grande*.

A luta travada foi tenaz, ficando indecisa.

Bagnuolo retirou-se para Alagôas, e, sendo de perto perseguido por Nassau, só pode parar na *Torre de Garcia d'Avila*.

Das margens de S. Francisco voltou o principe para o Recife, entregando-se aos cuidados da administração, até que em 1639 por ordem da Companhia tentou a conquista da Bahia, sendo mal succedido.

Entretanto em Janeiro de 1640, foi a esquadra do Conde da Torre destrôçada pela do almirante hollandez Willem Corneliszoon, que morreu na acção, sendo substituído por Huyghens.

Esta victoria, porém, não modificou a situação, continuando em máu pé os negocios hollandezes, pois Mauricio de Nassau havia perdido a confiança dos directores da poderosa Companhia.

Nestas condições chegou inesperadamente ao Brazil a noticia da *restauração de Portugal*, e consequente aclamação do Duque de Bragança, sob o titulo de D. João IV.

*
* *

Chegando ao Brazil tal noticia, devia mudar a situação das cousas relativamente aos hollandezes, que diziam fazer guerra á Hespanha e não a Portugal.

Com effeito, em Junho de 1641, foi celebrado um armisticio entre Portugal e Hollanda, que devia durar dez annos, havendo troca de prisioneiros e suspensão da luta no Brazil.

Entretanto, de parte á parte, o armisticio deixou de ser cumprido. Os hollandezes, á sorrelfa, foram continuando as suas conquistas para o norte até o Maranhão, e para o sul até o rio Sergipe.

Por seu lado, o governo portuguez, fingindo nos actos officiaes reconhecer o dominio hollandez, ia a socapa auxiliando os brasileiros contra esse dominio.

Assim, animados secretamente pela metropole, André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e outros começaram a propaganda pelo interior, levantando as populações contra os dominadores estrangeiros.

A insurreição pernambucana abriu uma serie de lutas por espaço de nove annos: aos seus homens, que se diziam os *independentes*, reuniram-se os famosos guerrilheiros Camarão, H. Dias e outros. Depois de um sem numero de escaramuças e combates parciaes trava-se a primeira batalha dos *Guararapes* (19 de Abril de 1648) onde foram mais de 4.000 holandezes batidos pela metade em numero de brasileiros, que occupavam uma estreita passagem. O general Segismundo Schkoppe retirou-se ferido.

O sitio do Recife obrigou os holandezes a uma nova sortida com o coronel Van den Brincke, que amanheceu o dia 19 de Fevereiro occupando o alto dos Guararapes, vendo o exercito pernambucano a dominar egualmente uma altura fronteira. Ao meio dia trava-se a batalha que dura até á noite; o commandante hollandez morre na acção, e o seu exercito é derrotado perdendo muitos prisioneiros e toda a artilharia (1649).

Essa victoria não decidiu dos acontecimentos futuros. A Hollanda preoccupada com a sua guerra contra a Inglaterra, abandonou as conquistas do Brazil aos seus proprios destinos.

Com quanto victoriosos os pernambucanos não cogitavam ainda de apossar-se do Recife; mas continuaram a luta com grande felicidade em outros pontos até que,

cinco annos depois, em 1654, os hollandezes cederam e capitularam, assignando o accôrdo da campina do *Taborda*, pelo qual abandonavam o paiz e as armas, e se concedia a amnistia aos portuguezes e a todos os que viviam sob a jurisdição hollandeza.

A victoria foi obra exclusiva dos patriotas. O governo portuguez não poudo prevalecer-se d'ella para impor condições, o que era impossivel, pois a Hollanda conservava ainda a supremacia no Indostão e no Atlantico com as suas poderosas frotas.

O tratado de paz com a Hollanda só foi assignado em Haya em 1661, sendo rei de Portugal Affonso VI. Por elle a Hollanda vendia caro as suas conquistas, obtida a restituição da artilharia, garantia de liberdade religiosa e favores ao commercio hollandez e cinco milhões de cruzados de indemnisação.

13

Guerras civis dos Palmares, Mascates, Emboabas

A primeira destas guerras, a dos *Palmares*—teve por theatro a *serra da Barriga*, no territorio de Alagôas.

Quando os hollandezes invadiram Pernambuco em 1630, os senhores de engenhos abandonaram suas propriedades procurando localidades distantes.

Ora, os escravos desses fazendeiros, vendo-se sós, por sua vez fugiram e foram constituir um grande *quilombo* nas fraldas da mencionada serra.

O numero de pretos foi cada vez mais augmentando, até que a população chegou a elevada cifra.

Estabeleceram-se os quilombolas num ponto adequado da encosta da serra, onde se fortificaram, resistindo a numerosas expedições contra elles enviadas por differentes governadores geraes.

Foi preciso que o ousado paulista Domingos Jorge Velho tomasse a peito, sob varias condições, a destruição do temivel quilombo, para que elle desapparecesse. Mas só o conseguiu, ao cabo de dez annos (1687—1697), empregando afinal um contingente de 7.000 homens das tres armas.

A guerra dos mascates teve por causa a animosidade que sempre existiu entre brasileiros e portuguezes, mais accentuada em Pernambuco. A villa do Recife era habitada nesse tempo quasi exclusivamente por negociantes portuguezes (*mascates*), e Olinda por brasileiros, autoridades superiores e fa-

zendeiros. Estes tinham como seus correspondentes aquelles negociantes, aos quaes votavam decidida antipathia, sempre aggravada nas occasiões de ajustes de contas commerciaes.

As hostilidades começaram, recebendo o governador da capitania, Sebastião de Castro Caldas, um tiro em uma perna, em Novembro de 1710. O povo e a tropa sublevaram-se. Fugiu Caldas para a Bahia, tomando conta do governo o bispo Alvares da Costa, que poudé acalmar momentaneamente os animos.

Mas em Junho de 1711 rompeu um forte tumulto no Recife, capitaneado por D. Francisco de Sousa e João da Motta, sendo o bispo preso, conseguindo a muito custo fugir para Olinda.

D'aqui data propriamente o principio da guerra.

O Capitão Motta tornou-se o arbitro da situação, dirigindo a luta, que se equilibrava de parte a parte, sem resultado definitivo para nenhum dos contendores.

Tal era o estado de cousas quando chegou uma frota portugueza, onde vinha o governador geral Castro e Vasconcellos, que foi bem recebido tanto pelos de Olinda como pelos de Recife.

Com prudencia e tino politico poudo o nove governador acalmar os animos, sendo presos alguns exaltados, que foram deportados.

A guerra dos *emboabas*, finalmente, teve por causa a agglomeração de aventureiros paulistas e portuguezes, que correram á exploração de minas no interior, principalmente em *Sabará e Cataguás*.

Houve a principio pequenas questões até que uma *verdadeira batalha* teve lugar junto ao rio, que por isso se chamou *das Mortes*. Triumpharam os sertanejos de São Paulo, commandados por Domingos da Silva Monteiro, obedecendo os portuguezes a Manuel Nunes Vianna.

Esta victoria, porém, custou caro aos paulistas porque passados alguns dias os portuguezes cahiram sobre elles, á traição, e de improviso, fazendo-lhes grande mortandade, e obrigando-os a voltar para São Paulo.

Preparavam-se elles para uma desforra, quando o governo da metropole resolveu crear a capitania de S. Paulo e Minas, desligada da do Rio de Janeiro, concedendo ao mesmo tempo amnistia aos contendores.

Assim terminou a luta, que déra a Nunes Vianna certa preponderancia em Minas, a ponto de desobedecer por vezes ao governador do Rio de Janeiro.

Inconfidencia Mineira.—O Tiradentes

Desde as guerras civis dos *mascates* e *emboabas* e de outros conflictos de egual natureza, tornou-se evidente a existencia de um povo novo, nascido no Brazil, e que almejava para sua patria a independencia.

Do meiado do seculo XVIII por diante começou a decahir a industria da mineração; o rendimento do ouro era insignificante, e de muito não se attingia o minimo que a Corôa exigia e que eram cem arrobas annuaes.

Mandou, então, o governo lançar a *derrama*, isto é, a cobrança dos atrasados e que attingia já uma somma avultadissima. As condições materiaes e moraes da população não a faziam preparada para supportar esse grande vexame; e antes, na previsão delle, sonhava ella libertar-se da dependencia em que vivia.

Essa dependencia já não tinha grandes laços: não eram os povos das minas, na maior parte naturaes do sólo, tão ineptos que não conhecessem os grandes movimentos de liberdade d'esse tempo, que prepararam a quéda da sociedade antiga, e haviam já emancipado a America do Norte da tutela colonial.

Homens doutos e illustrados, tanto como os da metropole, viviam em Minas, e taes eram os jurisconsultos e poetas Thomaz Antonio Gonzaga, o autor de *Marilia de Dirceu*, Claudio Manuel da Costa, Ignacio J. de Alvarenga, alguns padres e varios militares, mesmo de altos postos, que sympathisavam com as idéas revolucionarias que agitavam o mundo.

Combinaram, pois, em levantar o jugo oppressivo e declarar livre a terra onde nasceram (1789).

A conjuração foi encontrando adeptos um pouco por toda a parte, e sobre tudo entre aquelles que temiam a *derrama* do ouro, proxima a ser cobrada. A alma da propaganda foi o alferes de cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha originada da sua profissão, o *Tiradentes*, homem de espirito religioso, de grande coragem e de nobilissimo character.

A revolução, é certo, contava elementos preciosos para o bom exito, mas revelava mais as qualidaes philosophicas e literarias do que praticas dos seus autores.

Haviam já discutido a divisa *Libertas quæ sera tamen* (liberdade ainda que tardia) e a bandeira onde figurava um triangulo symbolo da SS. Trindade, da devoção especial de Tiradentes, e planejavam já muitas leis e reformas liberaes.

A infamia ou o egoismo de um conjurado, pela delação, perdeu a todos. O Visconde de Barbacena, então governador de Minas Geraes, preveniu ao Vice-Rei Luiz de Vasconcellos de que devia andar pelo Rio de Janeiro em propaganda da revolução o alferes *Tiradentes*, que foi effectivamente preso e, com elle, successivamente, os outros conspiradores.

Aberta a devassa e installada a alçada, depois de longo e moroso processo, foram julgados os culpados, cujos chefes foram condemnados á morte.

A rainha D. Maria I, por um acto de clemencia, commutou as penas de quasi todos em degredo para a Africa, e só um, o *Tiradentes*, subiu ao patibulo (21 de Abril de 1792) com grande serenidade e nobreza de animo.

Houve grande excesso neste castigo. O proprio Vice-Rei, o conde de Rezende (ao tempo da execução do *Tiradentes*) reprehendeu ao Governador de Minas pelo numero excessivo de prisões dessa inconfidencia.

Um dos conjurados, Claudio Manuel da Costa, legista e poeta notavel, antes de conhecer a sentença, suicidára-se na prisão. Quasi todos se arrependeram amargamente do passo que haviam dado: só o *Tiradentes*,

confortado na religião em que era profunda a sua fé, conformou-se serenamente com o fatal destino.

Foi a sua descendencia infamada e o corpo do *martyr* esquartejado; e os pedaços delle, collocados em postes pelas estradas da capitania, attestavam aos vassallos o premio da rebeldia. A lição, porém, nada teve de proveitosa e o martyr *Tiradentes* contribuiu para perpetuar na memoria publica mais a esperança do que o horror da liberdade.

15

Vinda da familia real portugueza para o Brazil (1807-1815)

Em Portugal, na qualidade de principe regente, tomou conta do governo D. João VI em 1792.

Grave era a situação politica da Europa, quando D. João assumiu a regencia. Napoleão Bonaparte, após innumeras e brilhantes victorias, desejoso de ferir com um golpe mortal a Inglaterra, dominadora dos mares e inimiga da França, decretou em Berlim o celebre *bloqueio continental*, ao qual diversas potencias adheriram. Não o quiz, porém, fazer Portugal e, conservando-se fiel á Inglaterra, attrahiu contra si as

iras do imperador. Declarou Napoleão que havia deixado de reinar a casa de Bragança, riscou o reino da carta da Europa, e fe-lo invadir por Junot.

Ameaçado o principe regente pelo exercito francez, embarcou-se no dia 27 de Novembro para o Brazil, com a rainha, os principes, as princezas e toda a côrte.

Sendo a esquadra separada por uma tempestade, alguns navios com parte da familia real ebegaram ao Rio de Janeiro, desembarcando D. João a 24 de Janeiro de 1808 na Bahia, onde por conselho do preclaro brasileiro José da Silva Lisbôa, ulteriormente visconde de Cayrú, assignou o decreto de 28 de Janeiro de 1808, franqueando os portos do Brazil a todas as nações amigas. Depois de curta demora partiu o principe regente da Bahia, e chegou ao Rio de Janeiro a 7 de Março, sendo recebido no meio das mais estrepitosas acclamações.

No dia 1.º de Maio publicou D. João um manifesto de guerra á França. Dotou o Rio de Janeiro com importantes melhoramentos, e entre elles releva notar: a criação de um supremo conselho militar, o desembargo do paço, a academia de marinha, a casa de supplicação do Brazil (a que foi elevada a Relação do Rio de Janeiro), a fabrica de polvora, a imprensa regia, o Banco do Brazil, uma escola medico-cirurgica, o jardim bo-

tanico, a academia de bellas artes, a nova capitania de Alagôas, a Relação do Maranhão, e outros melhoramentos. O principal promotor de tão acertadas medidas foi D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, que falleceu em Janeiro de 1812.

Apesar dessas vantagens, que o Brazil auferiu da permanencia do Regente no Rio de Janeiro, o povo não deixou de resentir-se das mais crueis violencias e dos mais duros vexames.

Um grande numero de fidalgos e criados de ordem inferior tinham acompanhado o principe regente, e sendo necessario acomodar tanta gente, effectuou-se o despejo forçado de muitas casas. Além deste inqualificavel abuso, deram-se muitos empregos de administração a muitos individuos sem as precisas habilitações, e cujo unico merecimento consistia em terem acompanhado os principes e precisarem viver a expensas do Estado.

Entretanto, a circumstancia fortuita, que fez da colonia séde da monarchia portugueza, concorreu para o seu progresso material, e póde-se dizer que foi o primeiro passo para sua emancipação politica.

Tornando-se notavel o desenvolvimento do Brazil, nas differentes espheras da

actividade social, o regente elevou-o á categoria de *Reino-Unido* ao de Portugal e Algarves, por decreto de 16 de Dezembro de 1815.

16

Revolução pernambucana de 1817

A causa principal da revolução de 1817 foi a antipathia que havia entre brasileiros e portuguezes.

Era a esse tempo governador de Pernambuco o capitão general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, homem fraco e irresoluto.

Tendo recebido aviso de que uma conspiração se tramava, Montenegro ainda mais augmentou a excitação dos animos, mandando publicar uma proclamação ao povo, e resolvendo prender os principaes indigitados.

O negociante Domingos José Martins, o official de infantaria Manuel de Sousa Teixeira e outros foram immediatamente presos sem que nada succedesse.

O mesmo, porém, não se deu quando o brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro, encarregado de prender os officiaes do seu regimento, entendeu que devia reprehendel-os asperamente.

Não esteve pela reprimenda o capitão José de Barros Lima, appellidado — *o Leão Coroado*, que, arrancando da espada, matou o brigadeiro.

Tal foi o signal da revolta; tropa e povo levantaram-se unidos, a 6 de Março de 1817.

O ajudante de ordens do governador, coronel Alexandre Thomaz de Aquino, foi morto por uma bala quando se dirigia para o quartel.

As prisões foram arrombadas e soltos todos os detidos.

Em taes circumstancias o governador não tentou resistir, encerrando-se na fortaleza de *Brun*, onde capitulou. Retirando-se para o Rio de Janeiro, ao chegar, foi preso e mettido na ilha das Cobras.

Triumphantes, os revoltosos elegeram um governo provisorio, assim constituido: capitão Domingos Theotônio Jorge, padre João Ribeiro Pessôa, Domingos José Martins, Manoel José Corrêa de Araujo e José Luiz de Mendonça.

O novo governo *proclamou a republica*, augmentou o soldo dos militares, aboliu os impostos, enviando emissarios ás outras provincias, convidando-as a adherir ao movimento.

Parahyba, Alagôas e Rio Grande do Norte abraçaram a nova ordem de cousas.

No Ceará foi preso o padre José Martiniano de Alencar, e na Bahia — Abreu Lima (o padre *Roma*). Este foi summariamente julgado, condemnado á morte e logo executado.

Era então governador da Bahia o Conde dos Arcos, que fez seguir por terra um forte contingente ás ordens do Marechal Joaquim Cogominho de Lacerda, e por mardous navios, afim de serem contidos os rebeldes.

Entretanto estes já tinham sido derrotados pelos *pardos do Penedo* e pelos *indios da Atalaya*, sendo preso o chefe Domingos Martins.

Tambem na *Ipojuca* as forças de Cogominho bateram as do rebelde Francisco de Paula Cavalcanti.

Finalmente, o encontro das tropas reaes commandadas pelo major Gordilho, e das dos republicanos ao mando do capitão José Victorino nas Alagôas, decidiu-se em favor d'aquellas, pronunciando-se todas as povoações pela causa da legalidade.

Do Rio de Janeiro fôra enviado o almirante Rodrigo Lobo com uma esquadrilha, que entrou no porto do Recife, exigindo a entrega da cidade.

Domingos Theotonio mandou prôpor ao almirante uma capitulação, ao que elle se recusou, pois queria a entrega da praça sem condições.

Quando se esperava que Theotonio, que dispunha de 2.000 homens, resistisse até o ultimo extremo, eis que abandona o Recife e retira-se para o interior.

Constituiu-se logo uma junta militar para julgar os cabeças da revolução, sendo condemnados á morte 11, entre os quaes Domingos Theotonio, Domingos José Martins, o padre *Miguelinho*, Corrêa de Araujo e outros.

Assim terminou a revolução de 1817, que não chegou a produzir os resultados almejados pelos seus promotores.

17

A Independencia

O Brazil, entre as colonias do Novo Mundo, foi, incontestavelmente, o que lutou com maiores difficuldades para sua independencia.

As colonias inglezas tiveram uma emigração européa forte e sã, e, pelas circumstancias, acostumaram-se a uma organização tal que por si mesma como que preparou-lhes sua independencia.

No Brazil, porém, foram os indios e os negros submettidos pela escravidão, ao passo que chegava da metropole uma emigração fraca proveniente quasi exclusivamente das camadas infimas do povo. Não obstante durante a guerra hollandeza, com estes fracos elementos, graças a situação e fertilidade do paiz, formou-se o *nucleo da nação brasileira* que caracterisava-se pela sua liga intima com Portugal.

Em 1821, porém, com a volta de D. João VI para Portugal, se começou a tratar vivamente da separação e da independencia.

O Brazil, depois da volta de D. João VI, ficou sob a regencia de D. Pedro—seu filho.

As Côrtes de Lisboa adoptaram, então, contra o Brazil, uma politica diametralmente opposta áquella que o rei havia seguido. D. João VI tinha promovido o progresso do Brazil pela criação de muitas instituições: as Côrtes, na execução de uma politica sufocante, votaram a suppressão das escolas e tribunaes superiores; ordenaram a dissolução do governo central do Rio; determinaram a volta de D. Pedro a pretexto de completar sua educação, e procuraram quebrar a unidade brasileira, ligando directamente cada provincia á metropole.

A desunião das provincias foi obtida, em parte, pela installação das juntas pro-

vinciaes; a autoridade do regente, em breve, se circumscreveu ao Rio de Janeiro e ás provincias centraes e meridionaes.

Os decretos das Côrtes acabaram por produzir um movimento quasi geral em favor da separação.

A 9 de Janeiro de 1822, em resposta a uma representação do povo do Rio de Janeiro e S. Paulo, declarou D. Pedro que ficaria no Brazil; obrigou as tropas portuguezas que se oppuzeram a essa resolução, a embarcarem-se para Portugal, e nomeou novo ministerio com José Bonifacio de Andrada e Silva.

Acceitou, em seguida, o titulo de—defensor perpetuo do Brazil» — e, a conselho de Ledo, de Cunha Barbosa e de José Clemente Pereira, convocou para o Rio uma Assembléa Constituinte.

Em Agosto de 1822 tornára D. Pedro a Minas e, na volta, passando por S. Paulo, recebeu na collina do Ypiranga despachos injuriosos das Côrtes, annullando a convocação de procuradores das provincias; mandando responsabilisar os ministros, os membros da Junta de S. Paulo e os signatarios da representação de Janeiro; ordenando a mais completa sujeição ás Côrtes, e nomeando novos ministros.

D. Pedro não hesitou mais, e, alli mesmo, no local em que hoje se ergue magestoso monumento, soltou o brado de — Independencia ou morte — a 7 de Setembro de 1822.

De volta ao Rio, e recebido com grande enthusiasmo, marcou D. Pedro o dia 12 de Outubro para a solemne proclamação do novo imperio — effectuando-se sua coroação a 1.º de Dezembro de 1822.

18

A revolução de 1824 em Pernambuco

As idéas republicanas grassavam em Pernambuco desde 1817.

Manuel de Carvalho Paes de Andrade, eleito presidente de uma Junta Governativa, não sómente recusou-se a reconhecer a autoridade de Francisco Paes Barreto, presidente nomeado pelo governo imperial, como proclamou a *Confederação do Equador* (24 de Julho de 1824), para a qual convidou as provincias do Rio Grande do Norte, Parahyba e Ceará, onde encontrou alguns partidarios. O presidente Paes Barreto uniu-se ás forças dos maiores Bento José Lamenha Lins e Antonio Corrêa Seara, encetando na *Barra Grande* as operações militares contra os rebeldes, sem haver a principio resultado notavel.

Nesse interim tinha sido mandada uma esquadilha ás ordens de Cochrane, com reforços sob o commando do coronel Francisco de Lima e Silva, para supplantar a revolta. Tendo desembarcado em Maceió, Lima e Silva marchou com suas forças para Pernambuco, conseguiu fazer junção com as do presidente Barreto, e a 12 de Setembro poudé entrar no Recife. Houve no dia immediato um combate renhido, sendo a cidade de Olinda, definitivamente occupada pelo coronel Lima e Silva a 17 de Setembro, depois de ter-se posto em communicação com a divisão naval. A fuga precipitada de Paes de Andrade para bordo de uma fragata ingleza onde tinha ido refugiar-se depois da entrada das forças leaes no Recife, e as derrotas subsequentes no *Couro d'Anta*, *Agreste* e *Engenho do Juiz*, fizeram comprehender aos republicanos que não podiam continuar com a luta e entregaram-se ao commandante das tropas do governo.

Batida assim a revolta em Pernambuco, com mais facilidade ainda o foi nas outras tres provincias do norte.

Jugulada a revolução, instauraram-se processos contra os rebeldes, e o governo mandou estabelecer em Pernambuco e no Ceará *Commissões militares*, que deviam julgar os chefes e cabeças da rebellião.

Dos processados pelos tribunaes ordinarios e pelas commissões militares foram 17 executados, entre os quaes o celebre *João Guilherme Ratcliff*, portuguez emigrado havia um anno, e homem de muitos conhecimentos literarios.

Pouco depois os presidentes das commissões militares representavam ao governo em favor dos implicados na rebelião.

Embora tardio o perdão imperial appareceu como salvação para tantos desgraçados. No numero dos perdoados contou-se o proprio Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que mais tarde voltou para Pernambuco, onde, em 1831, foi eleito senador do imperio.

19

O Reinado de D. Pedro I

O reinado de D. Pedro I foi de pequena duração mas muito agitado.

Desde logo teve de eliminar o elemento portuguez que não adheriu, e foi preciso em Pernambuco e na Bahia combater e expulsar as tropas portuguezas (luta denominada «guerra da independencia»), havendo afinal submissão por toda a parte.

Teve ainda de lutar com o estado de agitação geral, combatendo as rebelliões e a anarchia oriunda da diversidade de opiniões politicas.

Reunida a Constituinte, convocada ainda antes da independencia, tornaram-se suas sessões tempestuosissimas — acabando D. Pedro por decretar a dissolução da mesma a 12 de Novembro de 1823. Em seguida, com o auxilio de seu Conselho d'Estado, preparou elle um projecto de Constituição, que foi submettido a apreciação das Camaras municipaes.

As Camaras municipaes pediram a adopção desse projecto independente da reunião de nova Constituinte, e, em virtude de tal pedido, foi a Constituição jurada a 25 de Março de 1824.

De 1824 a 1829 esteve sempre o paiz em agitação, tendo havido differentes movimentos revolucionarios, motins e revoltas de tropas estrangeiras.

Não obstante todas as agitações referidas, cogitou-se durante o reinado de D. Pedro I, de regularisar as relações commerciaes com outras nações.

Providenciou-se tambem sobre a instrucção publica, sendo pela lei de 11 de Agosto de 1827 creados os cursos de sciencias sociaes e juridicas de Olinda e de São Paulo, ao passo que a lei de 15 de Outubro

do mesmo anno mandava estabelecer escolas publicas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio.

As camaras brasileiras, creadas pela Constituição, reuniram-se pela primeira vez em 1826.

Começaram, então, os ensaios do systema representativo no Brazil, formaram-se partidos, e appareceram as lutas parlamentares.

A 19 de Março de 1831 D. Pedro I tentou governar com um ministerio liberal. Mas os odios entre brasileiros e portuguezes eram já muito vehementes para que a concordia se estabelecesse. Fizeram os portuguezes manifestações imperialistas que degeneraram em conflictos sangrentos nas ruas.

Formou então, o imperador um ministerio composto só de senadores — o gabinete Paranaguá.

Rebentou, por esse facto, um movimento popular apoiado por parte das tropas — a 6 de Abril. Reclamavam a reintegração do ministerio demittido.

Cançado de tanta opposição, e desejo de ir á Europa sustentar os direitos de sua filha contra seu irmão D. Miguel, D. Pedro, que dias antes havia manifestado a seus Conselheiros de Estado a resolução de abdicar, não quiz ceder aos revoltosos.

Abdicou, pois, em favor de seu filho, a 7 de Abril de 1831, — terminando assim o seu reinado.

20

A menoridade de D. Pedro II—Regencias

Com a abdicação de D. Pedro I em seu filho D. Pedro II, que apenas contava cinco annos de idade, desencadeiou-se a anarchia por quasi todos os pontos do paiz.

Os partidos exaltados ameaçavam subverter a nova nacionalidade, quando, por feliz inspiração, senadores e deputados se reuniram e nomearam uma regencia provisoria, que tomou a peito a manutenção da ordem.

Começaram então os governos regenciasaes, que se succederam até o anno de 1840, data em que foi declarada a maioridade de D. Pedro II.

A primeira regencia (provisoria) era de tres membros: Carneiro de Campos, Vergueiro e Lima e Silva. Funcionou até 17 de Junho de 1831.

Lima e Silva, Costa Carvalho e Braulio Muniz constituíram a regencia definitiva, que se prolongou até 12 de Outubro de 1835,

Após a promulgação do Acto Addicional, de 1835 a 1840, houve um regente unico.

Foi esta uma das épocas mais tormentosas do governo do Brazil.

Os partidarios do federalismo e os reaccionarios, partidarios de D. Pedro I, revolucionaram as provincias e varias vezes tentaram depôr o governo da regencia.

Diogo Antonio Feijó, ministro da justiça, energicamente suffocou as revoltas no Rio de Janeiro. A's tropas indisciplinadas oppôz a guarda nacional, creada por lei de 18 de Agosto de 1831.

Em 1834, reformada a Constituição pelo Acto Addicional, foi Feijó eleito regente do imperio, que elle governou desde 12 de Outubro de 1835 até 19 de Setembro de 1837.

A guerra civil e a luta parlamentar absorveram o estadista, cuja popularidade não deixou de soffrer com tamanhos golpes. Podemos dizer que a historia de sua regencia resume-se toda na pacificação do Pará, na guerra dos farrapos, e nas lutas parlamentares.

Na luta parlamentar e politica o facto de maior amplitude foi a criação do partido *conservador*, formado pela alliança dos conservadores reaccionarios com os liberaes moderados, o que foi obra de Bernardo de Vasconcellos e de Araujo Lima.

A *oposição* passou a ser *maioria*, reconhecendo Feijó que era impossivel conservar-se *parlamentarmente* no governo, sem usar de medidas de uma energia tal, que, naquella occasião, promoveria uma conflagração geral em todo o paiz. Chamou, então, o senador Pedro de Araujo Lima, e, depois de uma larga conferencia, o nomeou Ministro do Imperio a 18 de Setembro para nesse cargo assumir no dia seguinte a Regencia, a que elle Feijó ia renunciar.

Effectivamente, a 19 de Setembro de 1837, apresentou Feijó perante as Camaras a renuncia de Regente.

O senador Pedro de Araujo Lima, mais tarde Marquez de Olinda, logo organisou um novo ministerio e iniciou o seu governo; e no mez de Abril do anno seguinte, mediante nova eleição, passou a ser regente effectivo.

Os factos principaes occorridos durante o seu governo foram os seguintes: a repressão de um movimento republicano na Bahia, conhecido pelo nome de *Sabinada*, do qual foi chefe o dr. Sabino Alves da Costa Vieira; o assassinato do presidente do Rio Grande do Norte; a criação do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; pacificação da revolta no Maranhão; a continuação da guerra civil no Rio Grande do Sul.

De 1836, em diante, regularizaram-se as duas correntes politicas, *conservadora e liberal*, que deram ao governo parlamentar do segundo reinado a belleza e esplendor da opinião livre.

Em 1840 o partido liberal pediu a declaração da maioridade do Imperador, embora elle não tivesse ainda a idade determinada pela Constituição, e conseguiu fazer passar a 23 de Julho nas duas Camaras reunidas — *a declaração da maioridade*.

Nesse mesmo dia, ás 3 ¹/₂ horas da tarde, prestou D. Pedro II o juramento exigido pela Constituição do Imperio e entrou no exercicio de seus direitos magestáticos.

21

A maioridade de D. Pedro II

Foi longo o reinado de D. Pedro II, e cheio de successos notaveis.

Declarado maior a 23 de Julho de 1840, com 16 annos incompletos, achou-se o novel monarcha a braços com a revolução de 1842 em S. Paulo e Minas, que foi debellada graças ao tino militar de Caxias.

Tambem desde 1835 lavrava no Rio Grande do Sul a guerra dos — *Farrapos* — que haviam zombado dos regentes Feijó e Araujo Lima. O mesmo benemerito Caxias conseguiu pacificar essa provincia em 1845.

Corria o anno de 1848, quando, em Pernambuco, rebentou a *revolta praieira*, capitaneada por Nunes Machado, movimento ephemero que terminou com a morte desse chefe, logo no primeiro ataque á cidade do Recife.

Em 1851 houve a guerra com o tyrano argentino D. João Manuel Rosas, presidente da Republica.

Ainda foi Caxias o escolhido para commandante em chefe das nossas forças nessa campanha, que terminou em pouco tempo pela victoria de *Monte Caseros*, em que teve a melhor parte a divisão brasileira ao mando do bravo Manuel Marques de Sousa, depois Conde de Porto Alegre.

Outro facto saliente do reinado de D. Pedro II foi a *questão Christie*, resolvida pacifica e honrosamente para o Brazil, desistindo a Inglaterra das imposições exageradas que quiz a principio fazer.

Em 1864 rebentou a guerra contra a *Banda Oriental*, tomando as nossas tropas a cidade de *Paysandú*, depois de um forte bombardeio da esquadra ao mando do almirante Tamandaré.

Depois desta victoria foi facil a entrada em Montevidéo, sendo derribados os *blancos* e collocados no poder os *colorados*, sob a presidencia do general Venancio Flores.

A esta guerra seguiu-se em 1865 a do *Paraguay*, onde governava despoticamente Francisco Solano Lopez.

A grande guerra durou 5 annos, e só terminou em 1870, depois da celebre jornada de *Aquidaban*, arroio em cuja margem foi morto Lopez.

Apenas concluida a guerra do *Paraguay*, recebeu a nefanda instituição da escravidão profundo golpe pela lei de 28 de Setembro de 1871, que declarou *livres os nascidos de mulher escrava*. Esta lei foi devida aos esforços do Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, que era presidente do conselho de ministros. Foi assignada pela princeza D. Isabel, que era então regente do Imperio, pois D. Pedro II achava-se na Europa.

Finalmente, em 1888, no dia 13 de Maio, foi decretada a abolição total e incondicional da escravatura no Brazil.

A *aurea lei* foi assignada pela mesma princeza, que exercia a regencia pela segunda vez, achando-se D. Pedro II doente na Europa. Era presidente do conselho de ministros o senador João Alfredo Corrêa de Oliveira.

Taes são os principaes factos occorridos durante o reinado de D. Pedro II, cujo amor pelas sciencias, letras e artes era notorio.

Terminou o seu longo reinado a 15 de Novembro de 1889, em consequencia da revolução que, nessa data, proclamou a Republica no Brazil.

22

A guerra do Paraguay ; feitos principaes do exercito e da armada

A grande guerra que o Brazil sustentou contra o Paraguay, tendo começado em 1864, terminou em 1870 pela morte de Francisco Solano Lopez, na margem do arroio *Aquidaban*.

Esta luta, que nos custou muito sangue e muito dinheiro, foi provocada por Lopez.

Com effeito, sem nenhuma declaração de guerra, em plena paz, mandou Lopez prender o coronel Carlos Carneiro de Campos, deputado geral, que seguia á bordo do vapor *Marquez de Olinda*, para tomar posse do cargo de presidente de Matto Grosso.

Logo que o referido vapor chegou ao porto de *Assumpção*, d'elle se apoderou Lopez encarcerando Carneiro de Campos na fortaleza de Humaytá.

Não contente com taes actos de violencia e covardia, fez invadir por suas forças as provincias de Matto-Grosso e Rio Grande do Sul.

O Brazil, tão insolentemente provocado, não trepidou um só instante em levantar a luva que lhe era atirada, começando por cercar em *Uruguayana* o coronel Estigarribia, que entrára nessa cidade á frente de 6.000 homens.

Apertado o sitio, renderam-se os paraguayos, ficando todos prisioneiros.

Na luta contra o Paraguay tivemos por alliados os Orientaes e os Argentinos, cujos territorios tambem foram invadidos pelas forças de Lopez.

Expulsos os paraguayos do Rio Grande, da provincia Argentina de Corrientes e do Uruguay, os alliados tomaram a offensiva, transpuzeram o Paraná, e por sua vez invadiram o territorio paraguay.

De victoria em victoria, chegam até Assumpção, começando d'ahi em diante a guerra das cordilheiras, que terminou com a morte de Lopez.

As batalhas e combates mais notaveis que se travaram durante a guerra do Paraguay foram: *Riachuelo* (11 de Junho de 1865), em que tanto se distinguiu Francisco Manoel Barroso, á bordo da lendaria fragata *Amazonas*; a passagem de *Cuevas*; o bombardeio de *Curupaity*; a celebre passagem de *Humaytá*, fortaleza reputada inexpugnável. Feitos todos navaes.

Em terra, os principaes successos foram a grande batalha de *Tuyuty* travada no dia 24 de Maio de 1865, em que fez prodigios de valor o heroico Osorio; os combates de *Lombas Valentinas*, *Villeta*, de *Pirebebuy* e de *Campo Grande*.

Além destas grandes acções houve numerosos combates e tiroteios de menor importancia.

Os principaes heróes da guerra contra o Paraguay foram o marechal de exercito Marquez de Caxias, elevado depois a duque; o marechal Manuel Luiz Osorio, que morreu senador e *Marquez de Herval*; o marechal Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, Visconde de Santa Theresa; Manuel Marques de Souza; o principe Conde d'Eu, que substituiu Caxias no commando em chefe depois da tomada de Assumpção.

Além destes illustres generaes, outros muitos se distinguiram, cujos nomes fôra longo enumerar.

Da esquadra sobresahiram: Tamandaré (Marques Lisboa); Inhaúma (Joaquim José Ignacio); Barão do Amazonas (Francisco Manuel Barroso); Barão da Passagem (Delphim de Carvalho), e outros muitos.

Terminada a campanha pela jornada de *Aquidaban*, em que foi protagonista o general Camara, Visconde de Pelotas, o Brazil, sempre generoso, foi clemente para

com os vencidos, não exigindo até hoje um ceitil da avultada indemnisação de guerra a que tem incontestavel direito.

23

Abolição da escravidão

E' de data secular a instituição da escravidão africana no Brazil.

A necessidade de braços fez com que o colono appellasse para o africano, que offerecia as melhores condições não só para resistir as intemperies de um clima tropical, como para supportar todos os excessos e passividades da escravidão.

O espirito liberal da nação, porém, quando ella se constituiu como uma nacionalidade autonoma, trabalhou pela extincção da escravidão.

Firmou-se com a Inglaterra a convenção de 26 de Novembro de 1826 da extincção do trafico, que, a despeito da lei, continuou, até que Euzebio de Queiroz o extinguiu com a lei de 4 de Setembro de 1850.

O espirito democratico, porém, ainda não satisfeito com esta conquista, cogitou da liberdade dos nascituros, encontrando em Rio Branco, então presidente do conselho de ministros, um defensor de suas idéas. E, depois de muita resistencia, realisou-a, com

a lei de 28 de Setembro de 1871. Assim estancavam-se as duas fontes da escravidão. Começou, então, a propaganda abolicionista, que preoccupou os estadistas da ultima phase do segundo reinado, na qual se tornaram notaveis Perdigão Malheiros, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, José do Patrocinio, Antonio Bento, João Cordeiro, João Clapp e muitos outros.

Quanto mais a opinião official resistia, mais a opinião publica reclamava, e avolumava-se a propaganda, até ser apresentado pelo ministerio de 8 de Maio de 1888 o projecto da abolição da escravidão, que a 13 do mesmo mez era lei do paiz.

A escravidão, pois, deixou de existir no Brazil a 13 de Maio de 1888 em virtude da *aurea lei*.

24

A proclamação da Republica

O *republicanismo*, que já existia no Brazil desde os tempos coloniaes, foi progressivamente crescendo e fortalecendo-se até produzir a quêda da monarchia com a revolução de 15 de Novembro de 1889.

De 1870 ,em diante, depois do celebre manifesto de 3 de Dezembro desse anno, mais se accentuou.

O partido republicano foi organizado no Rio e nas Provincias, e começou a obra da propaganda pela imprensa e pela tribuna, em larga escala, e com grande dedicação de seus membros.

Feita a abolição da escravidão, *sem indemnisação* dos proprietarios de escravos, grande numero de descontentes ligou-se aos *republicanos propagandistas ou historicos*.

Apparece a questão militar que, tendo como origem a censura em ordem do dia mandada lançar pelo governo imperial contra dous officiaes do exercito, que pela imprensa discutiram actos de superiores hierarchicos, aparentemente terminou com a resolução tomada pelo senado de mandar trancar as referidas notas — sob pretexto de não aggravar o precario estado de saude do Imperador.

Vacillante o governo imperial em seu prestigio, e abalada desta fórma a sua força moral, era de prever o complemento deste desequilibrio que cada vez mais se accentuava em seu desfavor.

Avolumando-se a onda republicana, entendeu a Regente que devia despedir os conservadores e chamar ao poder os liberaes.

Dentre estes foi escolhido para organisador do ministerio o Visconde de Ouro Preto, Affonso Celso de Assis Figueiredo, que era senador por Minas Geraes, e estadista de grande talento e energico.

Mas, a 15 de Novembro de 1889, a Republica foi proclamada *pelo exercito e pela armada em nome da nação*.

A cabeça organisadora da revolução foi Benjamin Constant Botelho de Magalhães, tenente-coronel do exercito e lente da Escola Militar; o braço executor foi o marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

Proclamada a Republica, constituiu-se um *governo provisorio*, do qual fizeram parte: o referido marechal na qualidade de chefe; Ruy Barbosa, como ministro da fazenda; Aristides Lobo, do Interior; Manuel Ferraz de Campos Salles, da Justiça; Benjamin Constant, da guerra; Eduardo Wandenkolk, da marinha; e Quintino Bocayuva, do Exterior.

Este governo tratou de assegurar a paz interna e de promover o reconhecimento da Republica pelas nações americanas e europeas.

O periodo provisorio terminou pela eleição do primeiro presidente effectivo, escolhido pelos senadores e deputados, recahindo a preferencia no marechal Deodoro, sendo eleito vice-presidente o marechal Flo-

riano Peixoto, que veio a empunhar as rédeas do governo supremo pela renuncia daquelle.

De 1894—1898 governou o primeiro presidente civil dr. Prudente de Moraes, que, em 1898, foi substituido pelo dr. Campos Salles cujo governo terminou em 1902.

Para o periodo de 1902—1906, foram eleitos os drs. Rodrigues Alves e Silviano Brandão.

Para o periodo de 1906-1910, foram eleitos o conselheiro Affonso Penna, presidente, e vice-presidente o dr. Nilo Peçanha.

Por fallecimento do conselheiro Affonso Penna, em Junho de 1909, assumiu a presidencia o dr. Nilo Peçanha.

Para o sexto periodo, 1910-1914, foram eleitos: presidente, o marechal Hermes da Fonseca; vice-presidente, o dr. Wenceslau Braz.



Edições da Livraria Francisco Alves

J. E. G. de Sá e Benevides

Lições de Historia da Civilisação 5\$000

Lições de Historia do Brazil 3\$000

F. Pinheiro Bittencourt

Compendio de Corographia do Brazil 3\$000

Carlos de Laet — (traducção)

Minha primeira viagem á volta do mundo (com bellissimas gravuras). 3\$000

Barreto e Roca

Atlas (collecção de seis cadernos coloridos para estudo de **Cartographia**) cada caderno. 1\$000

Olavo Freire

Exercícios cartographicos (collecção de seis cadernos para **Cartographia**) cada caderno 8400

A collecção de 6 2\$000

Arithmetica Intuitiva (contendo 2340 exercicios de calculo mental, 900 problemas escriptos e 163 gravuras; 1. vol. com 422 paginas) 2\$000

Mappa do Systema Metrico Decimal: (apparelhado em reguas de madeira. 6\$000

Mappa mural dos Estados Unidos do Brazil, para escriptorios, Gymnasios, e Escolas normaes; feito de accordó com os dados mais recentes sobre o assumpto, na escala de 1:4.000.000, por Olavo Freire. Edição 1908. Apparelhado em reguas de madeira. . 14\$000